

Desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão de arquivos históricos e intermédios em parceria : o caso *X-arq*

Luísa Azevedo Proença

MIND – Software Multimédia e Industrial, S.A.

R. Cintura do Porto de Lisboa, Bl. B – 4º D

1900-649, Lisboa

Tel: 21 865 02 60

E-mail: luisa.proenca@mind.pt

RESUMO

Neste trabalho propomo-nos apresentar uma memória descritiva da construção da aplicação de gestão integrada de arquivos históricos e intermédios, *X-arq*, bem como o levantamento das mudanças que a sua implementação introduziu nas rotinas de funcionamento da Divisão de Gestão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa.

Tentaremos analisar como, em 5 anos, se chegou ao estado actual, caracterizado pela existência de uma interface *Web* de pesquisa, com a informação sensível protegida por diferentes sistemas de segurança, a integração com a digitalização bem como com outros sistemas de gestão de informação, como seja o que diz respeito aos processos de obra e, uma resposta às solicitações dos cidadãos mais respeitadora das suas necessidades em termos de tempo útil e custos.

Por último, será mencionado o recurso à estatística para a avaliação objectiva do desempenho, permitindo que os componentes de atendimento e tratamento documental não sejam estáticos mas sim um sem-fim de ajustes e reajustes às necessidades emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Normalização, Rede, Interoperabilidade e Simplicidade

INTRODUÇÃO

No final da década de noventa, do século XX, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) decidiu reestruturar o seu arquivo constituído, então como agora, por quatro pólos com localizações físicas, regulamentos e atribuições específicos para cada um:

- O Arquivo do Arco do Cego (AC), localizado no Bairro do Arco do Cego, com características de arquivo intermédio e definitivo, acumulando documentação desde 1630 até 2002;
- O Arquivo Intermédio (AI), localizado no Bairro da Liberdade, que tal como o nome indica tem características de arquivo intermédio, acumulando maioritariamente documentação administrativa que se encontrava dispersa e a partir de 1986 passou a ser acumulada neste arquivo

- O Arquivo Intermédio (AI), localizado no Bairro da Liberdade, que tal como o nome indica tem características de arquivo intermédio, acumulando maioritariamente documentação administrativa que se encontrava dispersa e a partir de 1986 passou a ser acumulada neste arquivo;
- O Arquivo Histórico Municipal (AH), também localizado no Bairro da Liberdade, com documentação de natureza histórica, portanto de conservação permanente e;
- O Arquivo Fotográfico Municipal (AF), localizado na Rua da Palma, de conservação permanente, com características particulares resultantes dos tipos de suporte e necessidades de conservação.

O investimento será feito segundo duas vertentes: a construção de um edifício próprio que centraliza os serviços de arquivo e a informatização completa das rotinas que lhe estão associadas. O edifício para o arquivo já se encontra em fase de execução, no Vale de Santo António, não havendo ainda data para a sua conclusão. Para a prossecução do segundo objectivo, entre outras diligências, foi estabelecida, em 2000, uma parceria com a empresa *MIND – Soluções Industriais e Digitais S.A.*, para o desenvolvimento de uma aplicação de gestão integrada de arquivos históricos e intermédios, que deu origem, em 2001, ao *X-arq extended archive*. Esse desenvolvimento, que constitui o objecto deste trabalho, teve à cabeça questões como a segurança do sistema, o funcionamento em rede e a configuração do produto segundo as normas nacionais e internacionais vigentes, bem como a interligação a um sistema desenvolvido à medida para o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) o *Ci-arq* [1].

Passamos a descrever os aspectos técnico-práticos que nos parecem ser os mais relevantes.

PARAMETRIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA APLICAÇÃO

Em termos de criação e definição dos princípios a ter em conta na estrutura do sistema, recorreu-se às normas nacionais e internacionais existentes e comumente aceites [2]. Neste ponto surgiu a primeira dificuldade conceptual; as características associadas aos

documentos fotográficos [3] não eram contempladas de forma satisfatória pelas normas mencionadas, mais vocacionadas para o suporte em papel, ou suas variantes, e o registo escrito em texto, nem se conseguiram identificar normas, ou tão pouco recomendações, para os materiais fotográficos. Por essa mesma dificuldade já tinha passado o AF nos anos 90 quando teve de parametrizar a aplicação *Lisi* [4]: Ao não conseguir identificar de origem as suas necessidades técnicas e as dos seus utilizadores [5], perdeu a hipótese de as integrar posteriormente na aplicação, o que rapidamente levou à criação de bases auxiliares, em formato *Access*, para colmatar as lacunas. Quando chega a altura de parametrizar o *X-arq*, o conhecimento de experiência feito era grande e foi com ele que contaram para os requisitos. O *X-arq* acabaria por incorporar numa mesma base de dados geral todas as várias bases existentes bem como as suas relações, tendo sido criados níveis de descrição próprios para o AF, que contemplam campos e sub campos específicos, tal como o campo “Tratamentos” ou os sub campos associados às reproduções dos negativos, que coexistem com os prescritos pela ISAD(G).

A segunda dificuldade advém da própria normalização que, ao exigir uma política transversal, teve implicações não só na alteração das rotinas de trabalho como na definição de alguns aspectos que até então tinham sido adiados. Um dos que é mais emblemático foi a necessidade do conhecimento da forma como a documentação é produzida e quais as tipologias documentais a que dá origem. Sem a normalização das rotinas, a formação dos técnicos e a reconversão de algumas actividades, a aplicação não poderia ser utilizada com todo o seu potencial. No entanto, há algumas actividades que pela sua natureza e implicações orgânico-funcionais não ficaram estabelecidas logo de origem; uma delas foi o Plano de Classificação Documental (PCD). Para que esse aspecto fundamental não se tornasse em fulcral, e com isso atrasasse toda a reconversão, optou-se por associar ao sistema um Quadro de Classificação Documental (QCD), tendo o desenvolvimento sido efectuado de modo a que, em qualquer momento, do lado do AML, seja possível fazer as alterações necessárias, sobre o QCD, de forma pontual ou em lote, sem com isso depender de quem desenvolveu o sistema. A solução encontrada é abrangente, mas simples do ponto de vista do operador; as possibilidades vão desde a criação de novos níveis à alteração/eliminação dos já existentes, na própria interface de descrição. O que nasceu documento composto pode evoluir para uma série, ou pelo contrário, ser pulverizado noutros níveis de descrição. A hierarquia do QCD está presente do lado esquerdo da interface de descrição sendo as alterações imediatamente visíveis por quem trabalha com a aplicação.

Durante o primeiro ano de desenvolvimento e implementação do *X-arq* no AML foi publicado o regulamento arquivístico para as autarquias locais [6], o que ajudou a definir os parâmetros a serem integrados na funcionalidade que faz a selecção do arquivo intermédio, ou seja, que estabelece a relação entre as séries da(s) portaria(s) e as séries existentes no QCD.

Para cada série existente é associada a portaria, a designação da respectiva série, o prazo de conservação e o destino final. Estabelecida a ligação é possível não só consultar a base sobre a documentação a eliminar, conservar permanentemente ou a solicitar apoio para definição do destino final, como também a executar essas tarefas automaticamente, incluindo a produção dos respectivos autos. Esta funcionalidade, embora já implementada, ainda não está activada no AML

A questão da selecção e eliminação na gestão documental tem implicações directas na gestão do espaço, não só pela libertação como pela eventual necessidade de deslocação de documentação. Se se tiver em conta que o AI e o AH já tiveram de ser transferidos, em 2004, do Alto da Eira para o Bairro da Liberdade e que se prevê ainda a passagem para o Vale de Santo António, percebe-se porque é que a localização foi considerada com muita atenção. A resposta encontrada foi tratar a localização física da documentação como uma base relacional, tal como a base das autoridades. Assim, a identificação da localização física não é digitada num registo mas sim associada a um registo. Para tal existe uma base onde é estabelecida a hierarquia espacial, desde o depósito até à unidade de instalação (u.i.). Só depois de criada e caracterizada a u.i. correspondente ao registo que se está a descrever é que é feita a associação. Se for necessário mudar uma estante ou um armário, essa alteração é feita na base do espaço, sendo a localização nos registos actualizada automaticamente sem intervenção do operador. Visualmente o programa apresenta as pastas do tratamento documental, das autoridades e do espaço ao mesmo nível, bastando um “clique” para passar de uma para qualquer uma das outras. Dado que quem faz a descrição nem sempre é quem faz a associação às autoridades e/ou ao espaço, é necessário manter a interface simples para as situações em que se prevê que o mesmo operador será responsável pela gestão dos três.

Quanto à disponibilização da informação, chegou-se à conclusão que, pelo simples facto da documentação estar registada no sistema, isso não poderia equivaler a estar disponível à consulta pública. Dos 1 040 312 [7] registos existentes na base de dados do AML, estão disponíveis ao público 914 546 registos, o que dá uma taxa de disponibilização de 88%. Num extremo está o AI com parte da sua informação de carácter sigiloso e, no outro, o AF em que o diferencial se resume aos dados que estão em tratamento no momento. Para que a pesquisa pelo público não interfira com as rotinas de trabalho, pretendendo-se desta forma salvaguardar os técnicos, a qualidade dos registos disponibilizados e o sigilo profissional, foi necessário criar um passo intermédio para a disponibilização dos dados à consulta pública, o que passa pelo que vulgarmente se designa por “validação” dos registos. Trata-se de uma rotina administrativa com duas funções; por um lado de controlo de qualidade, tanto de uniformização como da detecção de erros sistemáticos e, por outro lado, de gestão de permissões de acesso relativamente aos dados registados (voltaremos a este aspecto mais à frente, quando se falar da gestão de permissões admitidas pelo sistema).

A REDE, A COMUNICAÇÃO COM O UTILIZADOR E A SEGURANÇA

Há três razões principais que levaram a trabalhar em rede; maior controlo das acções, menores custos e disponibilização imediata da informação. Inicialmente cada arquivo trabalhou na sua base de dados própria até se conseguir o desenvolvimento de uma rede suficientemente robusta para suportar uma base de dados única, a ser usada simultaneamente para o tratamento documental e pela pesquisa ao público e, que contemplasse ainda a necessidade de comunicação entre localizações físicas distintas, sem esquecer o peso que as imagens digitais associadas aos registos têm [8]. Por exemplo, no AF dos *ca.* de 161 mil registos carregados, *ca.* de 156 mil são documentos simples do tipo fotografia, e dentro destes, *ca.* de 134 mil têm associada a digitalização da fotografia. Também na fase inicial a consulta tinha de ser presencial, só se tendo realizado a disponibilização dos dados na *Web* depois da consolidação da base de dados, mais concretamente no início de 2006, já integrando o novo portal da CML (LX). Do ponto de vista informático a escolha recaiu sobre o sistema de gestão de bases de dados relacional *Oracle*, uma vez que é o sistema usado pelos serviços informáticos da CML. A gestão de uma base única também é economicamente vantajosa, tanto do ponto de vista monetário como do ponto de vista do espaço em servidor, inclusivamente no que diz respeito à criação de cópias de segurança.

Um dos componentes do plano de acção da Comunidade Europeia para 2005 foi a iniciativa *eGovernment* resultante, entre outros aspectos, do facto de actualmente ser o sector público o maior detentor e produtor de conteúdos da Europa. Por outro lado, a sociedade precisa da intervenção informada dos seus cidadãos para se desenvolver. Para aproximar os cidadãos e as empresas da Administração Pública, são prescritas várias recomendações, sendo o “uso intensivo das tecnologias de informação e de comunicação” [9] uma das mais recorrentes, constituindo as interfaces de pesquisa, local ou via *Web*, um elemento vital nessa relação. Estas ferramentas contribuem ainda para a autonomia do utilizador, a qual para além de desejável deve ser estimulada. A tecnologia evoluiu, e os trabalhos associados aos técnicos de arquivo alteram-se; se há alguns anos atrás era esperado que o técnico fizesse a ponte entre aquilo que o utilizador pensa que quer e aquilo que realmente é pretendido e que o satisfaz, hoje em dia, é-lhe exigida a elaboração de informação de valor acrescentado, podendo estas actividades constituir inclusivamente uma eventual fonte de financiamento adicional, o que inclui catálogos e exposições, difusão selectiva da informação e gestão de conteúdos digitais, só para mencionar o mais usual. Neste contexto, e se tomarmos para os arquivos aquilo que se passa nas bibliotecas, ou seja, que apenas há uma concordância de 1/3 entre os vocábulos usados na indexação pelos técnicos e os usados na pesquisa pelos utilizadores [10], o estudo dos pontos de acesso, enquanto termos de pesquisa que geram índices numa base de dados, e as próprias fórmulas de pesquisa, que neste texto vamos caracterizar como a conjugação entre os pontos de acesso seleccionados, a informação digitada pelo utilizador e o operador *booleano* escolhido, permitem o

conhecimento do utilizador e a correcção de práticas. Essas correcções tanto podem passar por alertar os utilizadores para erros sistemáticos, por exemplo, que os processos de obra são pesquisados com o ponto de acesso “Obra” e não “Título”, como a alteração dos pontos de acesso disponíveis. No caso do AML, e uma vez que inclui não só documentação em papel mas também as fotografias, que têm outras características, o “jogo” entre os pontos disponíveis à pesquisa e aqueles que realmente são preenchidos, tem sofrido várias alterações. Se faz sentido designar por “título” a intitulação de determinada documentação em papel, no mundo da fotografia para o mesmo efeito usa-se “legenda”. Se se colocar os dois termos na lista dos pontos de acesso, aumenta-se a possibilidade de escolha sem se contribuir para o esclarecimento do utilizador, quer os termos venham por ordem alfabética (nos “Ts” e nos “Ls”) quer venham por ordem de uso na pesquisa (sequencialmente). A opção poderá passar por fazer com que só aparece como ponto de acesso para o utilizador público, uma das opções, e que o motor de busca apresente indiferentemente a informação que conste dos títulos e das legendas.

Relativamente às fórmulas de pesquisa, a opção do uso da “palavra em título” e da “palavra em autor” é também uma consequência da forma de pesquisa dos utilizadores. As normas prescrevem que os reis de Portugal sejam inscritos segundo a fórmula “D. Fulano de Tal” [11]; no entanto, é notório que o utilizador desconhece estas regras e pesquisará, certamente, directamente pelo nome do soberano [12]. Com os títulos a confusão poderia ser ainda maior, uma vez que a grande maior parte dos títulos são atribuídos, sendo necessário saber que da intitulação devem constar elementos como, por exemplo, o nome do produtor nos níveis superiores ou a tipologia do documento a níveis inferiores, algo estranho ao utilizador médio, tanto as regras quanto a definição das tipologias [13]. Em todo o caso, há filtros que podem produzir esse efeito de “começado por”.

Falar de arquivos é falar também de grandes quantidades de documentação que é regularmente tratada e acumulada. Essa documentação para ser rapidamente pesquisável tem de gerar índices em curtos espaços de tempo, de preferência no momento da gravação dos registos, associado à necessidade de se conseguir estabelecer um esquema de pesquisa do qual conste o resultado pretendido, e fazê-lo de forma rápida. Hoje em dia estão estabilizadas formas de pesquisa simples, por palavra ou conjunto de palavras, ou avançada, com recursos a diferentes pontos de acesso, caixas de texto e respectivos operadores *booleanos*. Mas uma interface de pesquisa não vive só da eficiência, eficácia e fiabilidade dos seus resultados. Como pesquisar tudo o que se encontra dentro de um determinado armário sem se ter de se deslocar fisicamente até ele? Estas necessidades são ultrapassadas pelo estabelecimento de filtros, que variam entre questões de natureza espacial da arrumação física da documentação até à distinção entre registos com/sem conteúdos digitais associados. Para o pessoal técnico com funções de administração estão ainda disponíveis outras opções, para responder a outras

tantas necessidades, tal como a pesquisa por navegação na hierarquia completa do QCD ou o filtro por registos validados/não validados. Todas estas questões tornam-se ainda mais pertinentes se tivermos em conta as características da *Web*, em que necessariamente tudo terá de ser mais “leve” sob pena de se emperrar algo que se pretende informativo e simultaneamente rápido. A apresentação e a estruturação dos pontos de acesso deverá, portanto, ser diferente entre o ambiente *Web* e a pesquisa local, e dentro destes dois ambientes, entre os tipos de utilizadores, sendo obviamente esperado que o pessoal técnico, a quem se exige mais, tenha acesso a mais funcionalidades. Estes aspectos estão ainda directamente ligados à gestão profissional da administração pública, com ênfase nos resultados e na racionalização dos recursos disponíveis.

Uma nota sobre o aspecto gráfico e funcionamento das interfaces de pesquisa. A questão tem de ser interdisciplinar; o *design* das interfaces de pesquisa, tanto do ponto de vista geral como operacional, deve ser cuidado, amigável e intuitivo para que o utilizador não tenha de recorrer a ajuda externa, nem tão pouco de ler o manual de utilização da interface antes de se ser capaz de a usar.

A gestão de uma base de dados única esteve, naturalmente, também dependente da hierarquização e gestão das permissões de acesso. A questão é tanto mais fulcral quanto o número total de utilizadores com permissão para acederem ao módulo de descrição do *X-arq* deverá andar perto de uma centena. Nestas circunstâncias é necessário haver um controlo de “quem fez o quê quando”, tanto para salvaguarda dos dados e da instituição como para salvaguarda de todos aqueles que trabalham com o sistema, pois disponibilizar a informação tem de implicar a sua protecção dos acessos indevidos. Todos os utilizadores do sistema possuem uma identificação e uma senha de acesso única e unívoca. Quando se registam, ao acederem a qualquer módulo funcional, é feita a validação e despoletadas as permissões que lhe estão associadas. As permissões funcionam a três níveis: Em termos do acesso aos módulos funcionais do programa *X-arq* e a alguns sistemas que com ele estão interligados, a nível de funcionalidades dentro de cada módulo e em termos de permissões de acesso/visualização do QCD. Cada nova funcionalidade que é desenvolvida é sempre avaliada do ponto de vista da segurança e das permissões. Em consequência, é possível fazer o controlo das acções que são efectuadas sobre a base de dados e estabelecer-se a relação operador-acção-data, o que já se revelou particularmente útil no passado para estabelecer algumas relações de causa-efeito, em particular quando as bases deixaram de ser por pólo e passou a ser uma só base comum a todos os serviços.

Quanto à disponibilização das imagens digitais no módulo de pesquisa, a política sofreu algumas alterações; pensou-se em não as disponibilizar ao público, pensou-se em marcas-de-água, pensou-se em formatos de baixa resolução, em senhas de acesso para a impressão, etc. Presentemente a política é liberal no AF, ou seja, as imagens disponíveis podem ser directamente impressas, mesmo via *Web*, que a

qualidade já é bastante razoável (150 dpi). No AI, que de algum modo é o “outro extremo”, as imagens não estão disponíveis ao público, por razões de segurança e porque a sua reprodução envolve taxas, mas apenas aos técnicos, mediante diferentes níveis de permissões.

REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS

Como já foi mencionado, fazia parte do caderno de encargos a interligação ao *Ci-arq*. A ligação que foi estabelecida passa pela sincronização em tempo real da passagem dos dados registados no *Ci-arq* e migrados para o *X-arq*. Esta interligação obrigou novamente à criação de folhas de recolha de dados especiais para se poderem compatibilizar os sistemas. Actualmente os processos no AI dão entrada pelo *Ci-arq*, onde se registam os dados do nome do requerente, assunto, local, freguesia, número de tomos do processo e observações, efectuada a sincronização e completadas as descrições no *X-arq*, incluindo a associação às imagens digitalizadas, formato de resto que é usado para a consulta interna/pública, ou seja, com três passos sequenciais [14] a documentação fica completamente tratada e disponível.

Em 2005 a digitalização no AI tornou-se um imperativo tendo sido em 2006 um dos grandes investimentos do AML: A documentação acumulada exigia medidas estruturais, que envolviam a conservação [15] e a qualidade dos serviços prestados. O *X-arq* quando foi desenvolvido já previa essa possibilidade tendo sido por inerência, uma vez que se trata de propriedade intelectual, a *Mind* a empresa responsável pelo desenvolvimento do *software*, e neste caso também do *hardware*, envolvido no processo de digitalização. Presentemente, cerca de 23% dos pedidos de reprodução solicitados já se encontram digitalizados (taxa de repetibilidade).

Outro sistema que foi interligado ao *X-arq* e que afectou substancialmente as rotinas do arquivo foi o módulo de Sala de Leitura. Este módulo faz simultaneamente a gestão integrada dos leitores, a gestão do espaço nas diferentes salas de leitura e a gestão dos pedidos. Hoje em dia é possível um utilizador, directamente na interface de pesquisa via *Web*, registar-se como leitor, fazer os seus pedidos e monitorizar o ponto da situação.

Relativamente à comunicação com o munícipe, verificaram-se alguns efeitos curiosos. Por um lado, no AI, a visibilidade de estarem na *Web* pouco ou nada alterou em termos de consultas presenciais. Três aspectos provocam esta situação: 1º A maior razão da procura deste serviço resulta da necessidade de certidões para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e essa mantém-se. Sendo um serviço sujeito a taxa, implica sempre a deslocação ao AI, ou pelo menos enquanto o ecomércio não estiver implementado. 2º O pouco que eventualmente diminuiu com o acesso via *Web* foi compensado pela visibilidade que agora possuem. Isso nota-se pelo número de estudantes que visitam o AI (1 100 durante o ano de 2006, ou seja *ca.* de 20% do total). 3º Porque os *ca.* de 6 mil utilizadores/ano correspondem à capacidade máxima da sala de leitura, que é de 20 leitores (uma

média de 24 leitores/dia). No AF a alteração é drástica; de uma média entre os 55-60 leitores/mês, passaram para ca. de 7, havendo mesmo meses sem leitores presenciais. A possibilidade da pesquisa e dos pedidos de reprodução poderem ser feitos pela *Web*, associado à qualidade que as imagens digitais das fotografias apresentam, provocou este efeito. Fica agora mais tempo para os técnicos fazerem trabalho realmente de técnicos, como seja a melhoria das descrições das fotografias, das colecções e das autoridades e, menos trabalho de administrativos, como o apoio à pesquisa local, como a *Lisi* exigia devido às bases auxiliares, e a impressão de imagens feitas logo no momento, ao longo do dia, ao ritmo dos pedidos dos leitores.

CONCLUSÃO

Tendo em conta as atribuições dos arquivos, que passam pela prestação de serviços aos cidadãos com equidade conforme está prescrito na Lei, as exigências do tratamento dos documentos, a necessidade de comunicação dentro e para fora da instituição e, a satisfação do leitor/utilizador/cliente, onde, segundo as últimas tendências deve ser centrada a avaliação da qualidade, não é possível pensar numa solução única que verifique todas as variáveis.

Pela experiência do Arquivo Municipal de Lisboa, a interoperabilidade e a possibilidade de as aplicações evoluírem à medida que as necessidades são detectadas e identificadas, tem-se revelado a solução para os problemas encontrados. Mas nem todas as instituições estão nas condições técnicas e económicas do AML para poderem efectuar este tipo de investimentos. A bem da cooperação, é necessário que a comunicação não seja apenas no sentido do consumidor final da informação, mas também entre os produtores e conservadores de informação.

NOTAS

1. O *Ci-arq* é a aplicação que faz o pré-registo dos processos entrados no AI, em particular dos Processos de Obra, não permitindo a associação a imagens digitais nem possuindo interface de pesquisa para o público.
2. Designadamente a “ISAD(G) – Norma geral internacional de descrição arquivística”, a “ISAAR(CPF) – Norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias” e “Projecto de regras para a construção de um ficheiro nacional de autoridade arquivística (FNAA)” nas versões disponíveis na época.
3. No caso do Arquivo Fotográfico passa pelos negativos, diapositivos e fotografias, nos vários formatos e suportes que cada um deles admite.
4. Trata-se de uma aplicação informática em ambiente DOS, desenvolvida à medida para o AF.
5. Necessidades de conservação e necessidades de dar resposta aos seus leitores. Em 1988 o AF atendeu 802 utilizadores e efectuou ca. 23 mil reproduções.

Dias, Luísa Costa e Esteves, M. Oflía, *op. cit.*, p. 20-23.

6. Portaria 412/2001.
7. Os dados numéricos usados ao logo do texto serão referidos ao início do mês de Janeiro de 2007.
8. O peso das imagens disponíveis varia até ca. 10 MB (ao público) enquanto que as imagens disponíveis por permissões de acesso podem ascender a algumas dezenas de MB.
9. Alínea e) do n.º 16 da Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2005, em que é estabelecido como objectivo uma “Administração Pública mais amiga do cidadão”. Mas também se podem citar várias recomendações da Comissão Europeia sobre a digitalização e o acesso *online* ou o Projecto “Memória do Mundo” da UNESCO, entre tantos outros.
10. Chu, Felix, *op. cit.*, p. 1.
11. FNAA, *op. cit.*, p. 34.
12. Poder-se-ia falar ainda de situações ainda mais complicadas em que as normas, mais ou menos vinculativas, usadas no mundo dos arquivos não são equivalentes às usadas nas bibliotecas.
13. ISAD(G), *op. cit.*, p. 18.
14. Existem 3 equipas diferentes no AI para efectuarem a sequência do tratamento documental.
15. A documentação do AML é muito variável, tanto em termos de data de produção, com documentação do século XII até aos nossos dias, como nos tipos de suporte e registo da informação (a cores ou a preto e branco, únicos e preciosos ou cópias, etc.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHU, Félix – Social aspects of information. Library Philosophy and Practice [Em linha]. Vol. 5, N.º 2 (Spring 2003) 1-7. [Consult. 25 Set. 2006]. Disponível em

WWW:URL:<http://www.webpages.uidaho.edu/~mbolin/chu.html>. ISSN 1522-0222.

COMISSÃO Europeia – Para uma Europa do conhecimento : a União Europeia e a sociedade da informação. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2003. 22, [3] p., 23 cm.

DIAS, Luísa Costa ; ESTEVES, M. Oflía – Os utilizadores dos arquivos fotográficos : reflexões sobre o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa. ERSATZ : jornal do Centro Português de Fotografia. Lisboa. ISSN 0874-6230. N.º 3 (Mar. 2000) 20-23.

FNAA: Projecto de regras para a construção de um Ficheiro Nacional de Autoridade Arquivística / Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Versão 0. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do

Tombo, 1999. 44 p.; 30 cm.

ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística : adaptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Lisboa : Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. 97 p.; 30 cm.

PORTARIA 412/2001. "D.R. I-B Série". 90 (2001-04-17) 2243-2260.

RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros nº 124/2005. "D.R. I-B Série". 149 (2005-08-04) 4502-4504.